

## RESENHAS

### NEM TUDO ERA NAGÔ

Cristiano Aparecido de Araújo Cruz\*

PARÉS, Luis Nicolau. *A formação do Candomblé: história e ritual da nação jeje na Bahia*. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2007.

Em linhas gerais, *A formação do Candomblé* busca evidenciar a contribuição da cultura jeje na constituição do Candomblé baiano. O autor, a nosso ver, desconstrói a postura hoje hegemônica do dominante nagô dentro do contexto ritual e social do Candomblé nesse Estado. Tese que, como bem demonstra na narrativa, teve a colaboração dos intelectuais que desde finais do século XIX se interessavam pelos estudos sobre as religiões afro-brasileira. Logo, nem tudo era nagô.

Tarefa nada fácil, fruto de uma pesquisa cuidadosa, que durou aproximadamente 7 anos e que consistiu em recuperar a memória histórica de um grupo que, embora esquecido pelos pesquisadores das religiões afro brasileira e pelo próprio povo de santo, contribuiu sobremaneira para o xirê (modo de ser e crer no candomblé) do culto do Candomblé contemporâneo. Para tanto, foi necessário um projeto interdisciplinar, no qual história e antropologia dialogam e revelam que a presente pesquisa é uma inovação nos estudos sobre as religiões afro-brasileira. São escassas as pesquisas que valorizam a importância da cultura jeje no processo de institucionalização do Candomblé. O mais envolvente é que o autor trata do assunto sem sectarismo.

O livro de Parés atende tanto aos leitores já iniciados nos estudos sobre a cultura afro brasileira, ávidos por novas pesquisas sobre o tema, quanto àqueles que ainda não tiveram contato com o assunto. Com uma narrativa consistente e ininterrupta o autor, num primeiro momento nos transporta para a costa oeste africana, para acompanharmos mais de perto como se dava o tráfico infame e percebermos as forçadas migrações internas causadas pelo processo de captura de negros para servirem como escravizados em terras americanas. Em especial, o autor se concentra nos arrabaldes do antigo reino Daomé, atual Benin, e demonstra conhecer de perto os territórios que tiveram seus filhos arrancados pelo tráfico de escravos.

A leitura dos primeiros capítulos leva-nos a imaginar que o Atlântico não existe, pois a toponímia da costa oeste africana, configurada ao sabor dos interesses dos traficantes, homogeneizada como Costa da Mina para se referir aos portos de embarque de negros, é revista pelo autor de forma precisa, como se não fosse um lugar tão distante. Por esse viés, o autor revê a gênese do conceito de nações africanas, como forma de diferenciar o negro cativo, já que este termo “não respondia a critérios políticos ou étnicos prevalentes na África, mas a distinções elaboradas pelas classes dominantes na colônia em função dos interesses escravistas” (Pares, 2007:24)

Utilizando dados demográficos sobre a presença jeje no Recôncavo Baiano e em Salvador, Parés mostra a formação étnica jeje na Bahia dos séculos XVIII e XIX, não simplesmente como uma denominação metaétnica, mas sim como uma identidade multidimensional. Para tanto, se utiliza de documentos históricos como: cartas de alforria, testamentos, escrituras de compra e venda de escravos e recenseamentos. A presença jeje também é vista, nas irmandades católicas, em relação de alteridade com os brancos, crioulos e negros angolas. Irmandades que constituíam grandes espaços de agremiações de escravos não só jeje, como também nagôs e bantos, para usar terminologias mais genéricas, ou no dizer do autor, metaétnica.

A partir das evidências da presença jeje naquela Bahia escravista o autor mostra como os voduns (divindades jejes) estão presentes nas dispersas manifestações sagradas africanas, nos chamados calundus. Interessante notar como o autor constrói uma genealogia do Candomblé baiano, a partir de comparações de práticas sagradas vigentes na África com as experiências religiosas africanas fora da África. São justamente nestas manifestações sagradas ainda não institucionalizadas, sem altares fixos para a prática de oferendas, traço comum no Candomblé contemporâneo, nem uma liturgia organizada, que se encontram os aspectos identitários dos rituais do povo jeje.

Contudo, conforme o autor é justamente a partir da fixação de altares e a práticas de oferendas, aspecto não encontrado também nos calundus e, posteriormente com a organização do culto a diversas divindades, somado à constituição de uma rede de contribuição e conflitos com os demais terreiros; que pode-se falar do surgimento do Candomblé. O que deve-se ressaltar, portanto, é justamente a contribuição jeje na fixação de altares (pejis) dentro do cerimonial sagrado afro-brasileiro, aquilo que o autor vem a denominar de “complexo-altar-oferenda”. Aliado, ao surgimento das demais congregações religiosas afro-brasileiras no século XIX que passam a confraternizar entre si aspectos litúrgicos do candomblé, em Salvador e no Recôncavo, é onde estão as bases para a institucionalização do Candomblé Baiano.

O mais surpreendente de tudo isso foi como o historiador espanhol, que desde 1998 reside em Salvador-BA, utilizou seus documentos de pesquisa - em especial o periódico *Alabama*, sugerido pelo seu colega de departamento na UFBA, João José Reis, para deixar clara a contribuição da cultura jeje na institucionalização do Candomblé no século XIX. A partir do periódico acima citado, que circulou em Salvador entre 1863 e 1900, ele analisa as informações (rastros, pistas, vestígios) que foram grafadas nas “preciosas descrições quase etnográficas das práticas religiosas africanas, em alguns casos presenciadas diretamente pelos próprios jornalistas, que documentam a terminologia africana, nome de líderes e participantes, assim como a localização de diversos candomblés” (Pares, 2007:126), para recompor os primeiros momentos do Candomblé dito moderno e ressaltar a contribuição jeje na formação da religiosidade baiana, hoje basicamente preterida em nome da tradição nagô.

Na sua busca pelo que está contido na gênese do Candomblé institucionalizado com a organização do xirê, a necessidade de cargos de Ogã (algo como um “protetor civil da casa”) e um calendário litúrgico estabelecido, com festas públicas e ciclo de obrigações privadas caras aos neófitos, o autor vai dialogando com a bibliografia sobre o tema de forma a se perceber uma conversa harmoniosa e de complementaridade, tanto com autores brasileiros e brasilianistas, quanto com a produção de estrangeiros, em especial autores anglo-saxões. O que temos então é justamente um panorama dos estudos sobre o Candomblé baiano, cuja presença dos jejes, nagôs e bantus são pesadas em justa medida, superando em muito a grande síntese acadêmica sobre o Candomblé baiano elaborada pelo sociólogo francês Roger Bastide (1898-1974).

Em consonância com sua proposta de mostrar permanências da cultura jeje no universo do Candomblé baiano, Parés propõe e realiza com êxito a elaboração de uma micro-história de dois terreiros jejes: o “Bogum” localizado em Salvador e a Roça de Cima, que posteriormente passará a se chamar “Seja Hundé”, situado na cidade de Cachoeira, no Recôncavo baiano. Sua dinâmica de pesquisa não será diferente, o cruzamento de documentos orais, valiosíssimo, por sinal, com a documentação escrita mostra-se sobremaneira eficaz. A reconstituição histórica dos terreiros estudados remonta-nos a meados do século XIX com a abordagem etimológica dos nomes das referidas casas jejes. Em sua narrativa sujeitos históricos com nomes carismáticos e perfis psicológicos temperamentais, configuram a cena histórica, de forma a levar o leitor a ouvir conversas do historiador com seus informantes, alguns já falecidos, como é o caso de *humbono* Vicente, personagem que corrobora de forma determinante com o pesquisador, contando aquilo que os documentos escritos não podem dizer.

Em continuidade, a narrativa entra no século XX, deixando perceber as dinâmicas internas dos dois terreiros, cujas disputas sucessórias constituíam os momentos mais acirrados de suas histórias. Às vezes estas casas ficavam fechadas anos, devido às disputas pelo poder e também seguindo os costumes da tradição jeje, que impõe certos “dogmas” para a confirmação de uma nova *gaiaku* (termo jeje para designar mãe de santo). As *gaiakus* com pulso de liderança e sabedoria dos segredos dos voduns, não mediam esforços para ampliar, na distribuição de títulos de ogã, a rede de solidariedade na qual se inseria seus terreiros.

Ao terminar a leitura deste instigante livro podemos afirmar que nem tudo era nagô na formação do Candomblé baiano.

*Recebido em abril/2008; aprovado em maio/2008.*

#### *Nota*

\*Mestrando em História pela PUC-SP com a dissertação intitulada *Meu materialismo me limita: o Candomblé de Jorge Amado* sob orientação do Profa. Dra. Vera Lucia Vieira. E-mail: cristiano.clio@hotmail.com